

Uma revisão do projeto do Congresso Pedagógico do Pará de 1900: anseios, normativas e temáticas

Iran Abreu Mendes¹  

Resumo

Neste artigo fazemos uma descrição comentada do projeto do *Congresso Pedagógico do Pará de 1900*, enfatizando anseios e temáticas propostas por um grupo de experts, materializadas nas normativas regimentais do referido congresso. O foco central era estabelecer uma instância normativa composta por um programa de reuniões formativas fixas no estado do Pará, a fim de debater temas relacionados à educação, apropriação de informações e soluções de problemas, com encaminhamentos a serem concretizados nos processos de ensino, com base nas tendências educacionais que circulavam no cenário nacional ou internacional entre os anos de 1895 e 1900. A partir de uma pesquisa historiográfica em fontes documentais primárias como jornais, documentos públicos e revistas pedagógicas publicadas na época, realizamos uma descrição analítica que apontou intenções expressas no regimento do congresso, com fins de atender anseios e temáticas atuais que visavam a transformação da educação pública nos primeiros anos do século XX, no contexto do sistema educacional do Pará.

Palavras-chave: Congresso Pedagógico; Intercâmbio de saberes; Formação docente; Educação Pública.

The project of the Pedagogical Congress of the Pará in 1900: aspirations, themes, norms

Abstract

In this article we provide a commented description of the project of the Pedagogical Congress of Pará in 1900, emphasizing the desires and themes proposed by a group of experts, materialized in the regulations of the aforementioned congress. The central focus was to establish a normative body composed of a program of fixed training meetings in the state of Pará, in order to debate topics related to education, appropriation of information and problem solutions, with directions to be implemented in the teaching processes, based on in educational trends that circulated on the national or international scene between 1895 and 1900. Based on historiographic research in primary documentary sources such as newspapers, public documents and pedagogical magazines published at the time, we carried out an analytical description that pointed out intentions expressed in the congress rules, with the aim of meeting current concerns and themes aimed at transforming public education. in the first years of the 20th century, in the context of the educational system in Pará.

Keywords: Pedagogical Congress; Exchange of knowledge; Teacher training; Public education.

El proyecto del Congreso Pedagógico de Pará en 1900: aspiraciones, temas, normas

Resumen

En este artículo brindamos una descripción comentada del proyecto del Congreso Pedagógico de Pará en 1900, destacando los anhelos y temas propuestos por un grupo de expertos, materializados en el reglamento del mencionado congreso. El objetivo central fue establecer un cuerpo normativo compuesto por un programa de reuniones fijas de capacitación en el estado de Pará, con el fin de debatir temas relacionados con la educación, la apropiación de la información y la solución de problemas, con orientaciones a ser implementadas en los procesos de enseñanza, basados en las tendencias educativas que circularon en el escenario nacional o internacional entre 1895 y 1900. A partir de una investigación historiográfica en fuentes documentales pri-

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: iamendes1@gmail.com.

marías como periódicos, documentos públicos y revistas pedagógicas publicadas en la época, realizamos una descripción analítica que señaló intenciones expresadas en el reglamento del congreso, con el objetivo de conocer inquietudes y temas actuales encaminados a transformar educación pública, en los primeros años del siglo XX, en el contexto del sistema educativo en Pará.

Palabras clave: Congreso Pedagógico; Intercambio de conocimientos; Formación de docentes; Educación pública.

APONTAMENTOS INICIAIS

Diversos estudos sobre o processo histórico de disciplinação e disciplinarização, que envolveram a constituição de saberes profissionais para se ensinar matemática nas primeiras décadas do século XX apontam indícios de que a problemática central desse processo focava às necessidades de se estabelecer conexões mais adequadas possíveis entre os saberes a ensinar e os saberes para ensinar, como princípio epistemológico essencial para uma formação voltada ao ensino de um modo geral e em específico, a respeito da matemática dos primeiros anos escolares e da formação de professores(as) normalistas, e também, de certo modo, do ensino secundário.

Discussões a respeito desse tema são consideradas extremamente atuais em pleno século XXI e a esse respeito Hofstetter e Schneuwly (2017) problematizam sobre os processos historicamente estabelecidos pelas produções intelectuais que se inserem em um campo disciplinar dentro de seu contexto social, político e cultural, conforme os atores e fatores que contribuíram e contribuem à constituição e à institucionalização de saberes profissionais, resultantes das pesquisas educacionais, assim como nos impactos transformadores e, muitas vezes, evidenciando controvérsias epistemológicas e sociológicas que acompanham os processos relacionados a objetivação de saberes no sistema educacional.

Um fato histórico relacionado à trajetória dos saberes profissionais para se ensinar matemática no curso primário e na Escola Normal do Pará refere-se à criação de concretização de um *Congresso Pedagógico*, proposto pela Instrução Pública do Pará, nos primeiros anos do século XX. Trata-se de um espaço de debates e discussões sobre a formação de professores e a tomada de decisões acerca da reorganização de propostas educacionais (legislação, currículos, programas de ensino e propostas pedagógicas e didáticas), dentre outras ações, cujo projeto foi idealizado pelo professor Francisco Ferreira Vilhena Alves².

Em que consistia o Congresso? Tratava-se de uma programa de reuniões que deveria se realizar durante o período de férias escolares, geralmente no início de cada ano letivo, nas quais os professores do Pará poderiam participar, de modo a poderem se apropriar de informações relativas aos princípios, legislações da educação e especificamente sobre o en-

² Para mais informações consultar MENDES, Iran Abreu. Francisco Ferreira Vilhena Alves and the Arithmetic Knowledge in the Journal *The School: Official Journal of Teaching (1900-1905)*. *Acta Scientiae*, Canoas, Vol. 21, N. Special, p.43-61, May/Jun. 2019. Consultar, também, MENDES, Iran Abreu. Atividades matemáticas de Francisco Ferreira de Vilhena Alves na revista pedagógica a escola (Belém/Brasil) entre 1900 e 1905. *Historia de la educación: Revista interuniversitaria*, n. 39, 2020, p. 67-90. ISSN-e 2386-3846, ISSN 0212-0267.

sino de temáticas disciplinares, ou seja, relativamente aos processos de disciplinação e disciplinarização, que circulavam em outros estados brasileiros ou mesmo em outros países da Europa. Igualmente, na pauta do congresso também estava previsto constar outros espaços para os professores expressarem suas ideias a respeito da cultura escolar e seus princípios, processos, métodos de abordagem, disseminação e reformulação teórico-prática dos saberes docentes, de acordo com fundamentos teóricos adotados em suas ações escolares e conforme as indicações vigente e determinado período.

Sob a égide das explicações e esclarecimentos sintetizados no parágrafo anterior está situado o tema deste artigo, que tem como finalidade caracterizar esse acontecimento histórico, que foi narrado em fontes documentais e nas principais revistas pedagógicas do Pará, na época, destinadas às comunicações institucionais entre as autoridades da educação e professores do estado do Pará nos primeiros anos do século XX. Outro interesse deste artigo é possibilitar a abertura de um debate acerca da importância que esse espaço se propunha para a criação de um ambiente propício ao intercâmbio de saberes profissionais para ensinar no Pará, na época, que pode ter contribuído para a constituição e institucionalização de saberes profissionais relativos à transformação dos saberes escolares naquele período.

Igualmente, considero importante destacar o papel de educadores considerados *experts* nos processos educacionais, gestão educacional e políticas públicas educacionais do Pará naquele período, dentre os quais destaco Francisco Ferreira de Vilhena Alves e Virgílio Cardoso de Oliveira³, em suas inserções como idealizadores e divulgadores do referido congresso, como um espaço formativo de professores a ser criado. Ambos foram personagens decisivos na organização dos processos de transformação dos saberes profissionais dos professores atuantes na Educação Pública do Pará em fins do século XIX e início do século XX, e talvez pelo conjunto de suas ações, foram considerados como *experts* em educação no período. Atribuo tal qualificativo profissional a esses educadores com base no que estabelecem Hofstetter e Schneuwly (2017) ao abordarem aspectos epistemológicos sobre a institucionalização do *expert* em educação entre os séculos XIX e XX.

Neste sentido, fundamentei parte das minhas reflexões nos conceitos de *expert* e *expertise*, disciplinação e disciplinarização, que compõem parte dos fundamentos estabelecidos por Hofstetter e Schneuwly (2017), dentre outros autores que propugnam suas teorias relativas às trajetórias de saberes profissionais e seus agentes de transformações desses saberes em instituições escolares⁴. Portanto, é nessa perspectiva que desenvolverei parte minhas reflexões acerca de determinados perfis de *experts*, em períodos da história da Educação no Pará, com ênfase na sua importância para o estabelecimento do congresso de professores como ação deflagradora de movimentos que objetivavam promover intercâmbios

³ Diretor geral da Instrução Pública do Pará em 1899, responsável pela apresentação do plano inicial estabelecido para a concretização do Congresso Pedagógico do Pará de 1900.

⁴ Para maiores detalhes consultar HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). **Saberes em (trans)formação**: tema central da formação de professores. São Paulo: Livraria da Física, 2017. p. 55-112. (Coleção Contextos da Ciência).

de saberes profissionais em prol da produção de saberes e práticas disciplinares no campo da educação primária e da formação de professores primários.

Reitero que foi pela via das políticas educação como a proposta do projeto de criação do congresso de 1900, que esses experts organizaram-se em grupos de outros profissionais da educação e da gestão educacional do estado do Pará com a finalidade de materializarem um processo de profissionalização docente, ao fomentar possibilidades de estabelecimento de um congresso de professores na virada do século XX, visando estimular apropriações de saberes historicamente objetivados na formação de professores normalistas e suas ações didático-pedagógicas no ensino primário no Pará.

Para o desenvolvimento da pesquisa tomei como fontes documentais de investigação empírica as informações contidas em periódicos da época como diversos números das revistas pedagógicas que circularam no Pará entre 1895 e 1901, como a *Revista de Educação e Ensino* (1895), *Revista de Ensino* (1900) e *Revista A Escola* (1900, 1901). que contêm informações sobre as ideias iniciais, o projeto, a preparação, a divulgação, a execução e a avaliação das ações do Congresso Pedagógico do Estado do Pará de 1900, assim como as implicações dessas ações em práticas posteriores, no desenvolvimento de atividades educacionais na região e suas avaliações nas reuniões seguintes. Além dessas fontes documentais, utilizei a legislação vigente, mensagens de governadores do estado e reportagens e notícias de jornais locais, no período pesquisado.

Com relação aos aportes teórico-metodológicos tomados para alcançar o objetivo proposto neste artigo, me fundamentei nos conceitos atribuídos aos termos expert, expertise, saberes profissionais do professor (a ensinar e para ensinar), em suas relações com as temáticas que fizeram parte da pauta de discussão da primeira reunião do referido congresso ocorrido em 1900. Portanto, é imprescindível apresentar esclarecimentos essenciais acerca dos conceitos de expert e expertise, por considerar que são dois conceitos relacionados ao processo de disciplinarização das Ciências da Educação, especificamente na avaliação da produção e desenvolvimento de saberes profissionais a ensinar e para ensinar, em suas referências à trajetória histórica dos saberes escolares.

*Para adentrar na discussão temática a ser estabelecida neste artigo considero prudente abordar inicialmente os significados gerais atribuídos aos termos expert e expertise, uma vez que se trata de termos advindos do campo da filosofia, de origem francesa, diretamente relacionados com **experiência, especialização e perícia, significando** uma conjunção de competências, **habilidades e conhecimentos geralmente** demonstrados por uma **pessoa**, a respeito de um **sistema ou de uma tecnologia**.*

Neste sentido Coelho (2015) destaca ser possível considerar que *expertise* é o conhecimento adquirido com base no estudo de um assunto e a capacidade de aplicar tal conhecimento, resultando em experiência, prática e distinção naquele campo de atuação, ou seja,

o termo se mostra, portanto, relacionado às habilidades e competências do indivíduo ou de indivíduos para executar algo e que caracteriza um profissional reconhecido como uma pessoa que se torna referência especializada em determinada área ou campo de atuação, se destacando pela sua destreza e competência na execução de um trabalho.

Um *expert* é, portanto, um perito, um experto, uma pessoa versada no conhecimento de determinada coisa. É alguém com muita experiência e prática, e por isso, considerado apto a apresentar decisões com autoridade ao dar seu parecer com base nos seus conhecimentos sobre determinado problema ou situação.

Em se tratando do processo de disciplinarização das Ciências da Educação e o aparecimento de uma extensão desses dois conceitos, tomei as ponderações apresentadas por Hoffstetter, Schneuwly e Freymond (2017) sobre esse assunto, quando abordam a institucionalização da expertise, do especialista em educação nos séculos XIX e XX e suas relações, como temática central para a compreensão dos saberes referentes à formação de professores, cujo foco de discussões coincide com a período em que ocorreu a criação e concretização do congresso, objeto deste artigo. Sobre expertise educacional, os autores asseveram que é uma manifestação evidenciada,

por pessoas do meio escolar, isto é, pela profissão docente, nas condições institucionais claramente definidas. O trabalho de expertise aperfeiçoa e desenvolve fortemente os saberes que lhe dizem respeito; procedimentos, análises, testes tornam-se um produto coletivo. [...] A expertise permanece estreitamente ligada à esfera da prática profissional e se refere aos saberes que a constituem (Hoffstetter, Schneuwly; Freymond, 2017, p. 67-68).

O excerto destacado sobre o pensamento dos autores a respeito desses dois conceitos, convergem diretamente para a indicação de saberes profissionais que demarcam os graus de desenvolvimento profissional em contextos educacionais que demandam o domínio de tais saberes para a condução do processo educativo e das transformações do processo de disciplinarização no tempo e no espaço.

No sentido das ações e produções concernentes ao expert e à expertise, Jean-Yves Trépos (1996) assevera que a expertise consiste na produção de conhecimento especializado orientado para a ação, em um contexto técnico ou profissional. O autor reconhece que entre outros profissionais de sua área, o expert deriva sua competência tanto do domínio de conhecimentos específicos quanto de sua própria experiência. Assim, a expertise pode ser considerada uma adjetivação profissional que requer conhecimento especializado e resulta em opinião, dada a quem solicita os serviços do expert, para que ele possa tomar uma decisão. Portanto, Trepós (1996) entende que a legitimidade da expertise repousa no sucesso dos valores da ciência e da competência de cada profissional.

A respeito dessa legitimidade à qual se refere Jean-Yves Trepós (1996), na citação mencionada anteriormente, interpreto que é por meio das ações estabelecidas nas práticas

profissionais que a expertise encontra espaços de expressão dos saberes a ensinar e para ensinar adquiridos por meio de experiências e incorporações vivenciadas pelo professor em formação e em ação. Igualmente, a proximidade entre o exercício da expertise e a prática profissional pode induzir a uma imagem do profissionalismo que pode gerar questionamentos sobre a ideia de conhecimento especializado independente, e a evolução das fronteiras entre conhecimento acadêmico e saber produzido e validado na experiência, ou seja uma relação que pode ser desigual entre saber a ensinar e saber para ensinar, através do enfraquecimento das relações entre esses saberes na formação e na ação docente.

Muitas vezes se questiona as histórias das trajetórias profissionais de professores no sentido de buscar esclarecimentos acerca da figura do expert individual que se manifesta em nome do domínio do conhecimento e, outras vezes pelas formas diversificadas de expressão de seus saberes (individual e coletivo), implicando em um saber plural (multidisciplinar), envolvendo interação na apropriação desses saberes, por meio de conexões integrativas, geradas na reunião de informações originadas de diferentes contextos e pessoas. Talvez esse seja o modo como procurei indícios que me levaram a refletir sobre a projeção de instalação do Congresso Pedagógico do Pará, de 1900, intencionando interpretá-lo como um acionador do intercâmbio de saberes profissionais para se ensinar matemática nos primeiros anos do século XX.

| ANSEIOS: INDÍCIOS QUE CONDUZIRAM À PESQUISA

O acesso às informações sobre esse tema foi ocasionado pela minha participação como pesquisador colaborador em três projetos de pesquisa centrados em estudos referentes a história da Educação Matemática no Brasil: os *saberes Elementares sobre aritmética, geometria e desenho para o ensino Primário (1890-1970)*; *Saberes profissionais para o ensino de matemática (saberes a ensinar e saberes para ensinar)*, e *Os experts em educação no âmbito da educação matemática do ensino primário e da formação de professores primários*. Em função desses projetos realizei alguns estudos preliminares sobre os saberes elementares matemáticos nas revistas pedagógicas do Pará entre 1890 e 1945; as matemáticas do ensino primário na Escola Normal no Pará (1890-1945) e sobre a trajetória de formação e ação de alguns educadores como por exemplo Francisco Ferreira de Vilhena Alves (Mendes, 2019, 2020), Aldebaro Klautau (Mendes, 2021), finalizando com um estudo descritivo-analítico acerca dos manuais pedagógicos existentes no acervo da antiga Escola Normal entre 1871 e 1945 (Mendes; Ferreira, 2023).

Reitero, portanto que foram os projetos mencionados anteriormente, que me fizeram adentrar nesse universo da história da Educação Matemática no Pará, no período investigado, em busca de informações documentais sobre experts, expertise, fundamentos, métodos, programas de ensino, manuais pedagógicos, dentre outras informações documentais

que pudessem conformar um cenário que melhor configurasse apontamentos históricos que evidenciassem relações socioeducacionais estruturadoras do ensino de matemática e da formação de professores primários da Escola Normal de Belém, entre 1871-1945.

Igualmente, outros fatores que também contribuíram para ampliar o objeto de estudos, os objetivos, procedimentos e resultados almejados, e alcançados na pesquisa, foram as orientações de três duas pesquisas de doutorado: 1) manuais escolares para o ensino de matemática produzidos e utilizados no Pará entre 1890 e 1950; 2) saberes matemáticos escolares nas revistas pedagógicas do Pará entre 1890 e 1950 e 3) A formação matemática de professores primários na Escola Normal do Pará (1890-1910). Foi, portanto nos estudos e investigações em busca de fontes documentais para os trabalhos mencionados anteriormente que identifiquei indícios que me levaram a avançar em direção à sistematização e reflexão sobre esse acontecimento histórico relacionado à Educação, à formação de professores, ao ensino em geral e, especificamente, em relação ao ensino de matemáticas elementares no primário e na Escola Normal de Belém (Pará).

Indício 01: os antecedentes da criação do congresso

No ano de 1895, a Revista de Educação e Ensino (1895, v.5, n.7, julho, p. 61), uma revista publicada no Pará e destinada aos professores do ensino primário e da Escola Normal, trazia em seu conteúdo um Noticiário sobre um Congresso Interestadual de Professores proposto para ocorrer em 1900. Porém, somente em uma das seções de outro volume da Revista de Educação e Ensino (1895, v.5, n.9, setembro, p.83), foi identificada uma informação relativa a instalação do referido congresso. Tratava-se, então, das primeiras manifestações referentes à organização que o governo do estado do Pará propunha para a criação de um congresso que envolvesse todos os professores do estado.

O referido noticiário destacava que o programa do congresso teria um número de sessões consideradas necessárias, sob a presidência do Diretor Geral da Instrução Pública, para discutir as questões que seriam publicadas com antecedência e remetidas a todos aqueles que desejassem participar dos trabalhos como: emitir pareceres sobre todas as obras de ensino que lhe fossem remetidas, pareceres esses que seriam levados à consideração dos membros do júri do congresso.

No mesmo ano de 1895, a Revista de Educação e Ensino (1895, v.5, n.9, setembro, p. 83) trazia seu *Noticiário sobre a criação do Congresso Pedagógico*, em 1900, com a justificativa de que a ideia da fundação de um congresso pedagógico se originara da experiência exitosa da realização do congresso interestadual de professores que anteriormente havia ocorrido em Fortaleza (Ceará), mostrando as vantagens para o professorado e para o ensino do Pará.

A esse respeito Antonio Firmo Dias Cardoso⁵, Inspetor Escolar do Estado do Pará, no período, assumiu a organização, convocando professores de escolas públicas e privadas da capital do Estado (Belém), para uma reunião em sua residência, no dia 29 de agosto do mesmo ano de 1895 para tratar do assunto, conforme publicado na Revista de Educação e Ensino (1895).

Houve participação de 52 pessoas entre professores públicos e particulares, diretores de escolas e estabelecimentos oficiais, que demonstraram sensibilização sobre a importância da proposta para o enriquecimento e aumento da potencialidade pedagógica das discussões do congresso. Ao final da reunião foi assinado um termo de presença e o diretor do Liceu Paraense e interino da Instrução Pública, José Antonio Pereira Guimarães, foi indicado para assumir a presidência do referido congresso, aceitando de imediato sua indicação feita pelo inspetor Antonio Firmo Dias Cardoso.

Naquele mesmo momento foram mencionadas as vantagens que tal movimento traria às classes de professores, à sociedade em geral, às instituições de ensino e a outros órgãos direta ou indiretamente relacionados à Educação no Pará. Após aceitar a indicação para presidente, convidou Firmo Cardoso para ocupar o cargo de secretário, e apresentou aos presentes as indicações assinadas por diversos professores:

1^a. Que se elegeisse uma mesa provisória para dirigir os trabalhos das sessões, devendo esta ser composta de um presidente, um vice-presidente, um 1^o secretário, e um 2^o dito (secretário); 2^a. Que o presidente da mesa fosse o sr. Diretor geral da Instrução Pública; 3^a. Que a mesa organizasse um regulamento para as sessões; 4^a. Que se elegeisse uma comissão de imprensa; 5^a. Que fossem convidados os professores dos estados do Amazonas, Maranhão, Piauí e Ceará, para tomarem parte do congresso; 6^a. Que fosse nomeada uma comissão para organizar as teses que deveriam ser desenvolvidas no congresso (Diário Oficial do Estado do Pará, 18 de julho de 1900).

No final da reunião surgiram questionamentos do sr. colega Octavio Pires, ao mencionar que lhe parecia necessário decidir qual seria o limite do congresso em relação ao ensino, ou seja, se o congresso devia limitar-se à instrução pública primária ou se devia se estender também à particular, à secundária normal e profissional. Por esses pontos solicitou que antes dessas indicações apresentadas, submetesse a apreciação dos membros da reunião sobre o assunto em questão. Após a consulta ficou resolvido que o congresso abrangeria a todos os ramos do ensino público e particular.

Procedeu-se à organização da mesa e comissão de imprensa e os membros da mesa e da comissão escolhidos por aclamação foram aprovados: o sr. Firmo Cardoso como vice-presidente, o sr. Octavio Pires para 1^o secretário e para 2^o secretário o sr. Professor Hilário Sant'Anna; aprovado. Para membros da comissão de imprensa os srs. Alves da Cunha, Marcos Nunes e Bertoldo Nunes.

⁵ Na época Antonio Firmo Dias Cardoso era considerado integrante de uma elite intelectual paraense - era formado em direito e foi diretor da Escola Normal de 1900 a 1906; Pode ser considerado um expert, por todas as ações realizadas em torno do campo da educação no Pará, no período pesquisado.

Ficou também resolvido que a mesa oficiasse não só ao sr. Governador do estado, dando-lhe ciência da resolução do professorado, pedindo-lhe apoio oficial, e autorização à *Typographia Official*, para a impressão de todos os trabalhos do congresso, como também aos srs. Diretores dos diversos estabelecimentos oficiais de ensino, convidando-os e bem assim aos corpos docentes, para tomarem parte no congresso.

O termo de presença (ata) foi assinado por sete diretores de instituições de ensino público e particular, um professor jubilado (aposentado) e outros 44 professores, entre normalistas, adjuntos e professores do ensino secundário. Foi destacada a presença de Francisco de Vilhena Alves, Octavio Pires, Maria Stellina de Sousa Valmont, Arthur Octavio Nobre Vianna⁶, entre esses professores presentes que assinaram a ata.

Indício 02: da preparação à criação do projeto do congresso

Em uma seção da Revista de Ensino (1900, p. 37-38), Francisco Ferreira de Vilhena Alves se referiu ao Congresso Pedagógico daquele ano, sugerindo que a Direção Geral da Instrução Pública deveria convidar todos os professores do estado a participarem do referido congresso para conhecerem as teses que envolviam discussões atualizadas sobre o ensino, bem como fazerem uma exposição do estado da instrução na sua circunscrição escolar, além de poderem emitir com liberdade, suas ideias sobre as ações profissionais e seus problemas cotidianos. A proposta de Vilhena Alves era congregar os professores para que pudessem colaborar ativamente nas ações da Instrução Pública Popular.

Outro aspecto importante sobre a criação do congresso foi identificado na revista A Escola: Revista Official de Ensino (Ano I n.4 junho, 1900 p. 434), em uma informação sobre um ofício assinado pelo governador do Pará José Paes de Carvalho, em 11 de julho de 1900, e enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, no qual ficou estabelecido que um congresso pedagógico, reunindo-se anualmente em Belém, poderia ser constituído não só pelo professor público e particular da capital, mas também pelos representantes das diversas circunscrições escolares eleitos respectivamente de todo o estado.

A proposta foi que o congresso fosse inaugurado em 16 de novembro de 1900, a fim de discutir assuntos de interesse do magistério e do ensino público, de acordo com as teses que fossem previamente organizadas e sorteadas para cada sessão. Assim foi elaborado um regimento interno do congresso para maior e mais profícuo desenvolvimento dos fins da instituição. Percebe-se, na decisão do governador que naquele momento havia uma preocupação de um grupo de experts, em desenvolver ações concretas que implicassem na formação continuada de professores do ensino primário e secundário, conforme foi posteriormente detalhada no regimento do referido congresso.

⁶ É importante destacarmos que todos esses professores eram figuras de competências reconhecidas no sistema educacional do Pará naquele período, podendo ser considerados experts, no sentido conceitual atribuído por Hofstetter e Schneuwly (2017).

A primeira preocupação apontada esclarecia que a finalidade do congresso, conforme foi noticiado (Ano I, n.5, agosto, 1900, p. 492), que por iniciativa do Diretor geral da Instrução pública, o Congresso Pedagógico teve sua autorização oficial no Decreto n. 874 de 11 de julho de 1900, que o instituiu e decretou o seu regimento. Assim, o congresso tinha por finalidade promover o desenvolvimento do ensino público por meio das discussões de teses e questões que se relacionassem com o problema da educação em todos os seus níveis.

Assim posto, o regimento propunha que os as lideranças do referido congresso pedagógico seria composta por 65 membros, divididos em natos e eletivos, com funcionamento em sessão ordinária uma vez por ano, durando cada sessão vinte dias consecutivos, salvo prorrogação por mais 10 dias a juízo do mesmo congresso, conforme documento elaborado e autorizado pelo governador do estado, ao aprovar o projeto de regimento do congresso pedagógico levando em consideração a atitude ativa dos principais funcionários da Instrução Pública, a cuja competência confiou a gestão do sistema de ensino, bem como aos representantes do professorado primário e os chefes de alguns ramos de serviço a quem relacionou valiosos elementos e problemas do regime escolar, grandes melhoramentos a serem alcançados acerca dos conhecimentos e que seriam as principais metas do congresso.

Mais uma vez identifica-se nos documentos que essas lideranças representadas pelos 65 membros do congresso representavam o que havia de mais experts nem termos de educação, ensino e gestão educacional, e que suas expertises estariam postas em prática tanto na elaboração do regimento, como no planejamento e execução das ações previstas para o funcionamento das sessões ordinárias e anuais do referido congresso. Daí em diante, o diretor geral da Instrução Pública, Virgílio Cardoso de Oliveira, encaminhou os ofícios às diretorias de escolas e órgãos correlacionados ao sistema educacional para que indicassem os membros participantes das reuniões de preparação do congresso e seu regimento interno, uma vez que tal organização representaria uma instituição completamente nova, sem similar pelo menos no Brasil, pois era a primeira vez que se criava um congresso com funcionamento fixo anual e com reuniões periódicas para tratar de diversos assuntos relacionados à estrutura e funcionamento do sistema de ensino do estado, sendo preciso, portanto, que fosse justificada a sua criação, finalidades, estrutura e funcionamento.

Assim, foi proposta uma composição do congresso, dividindo-se os 65 membros (natos e eletivos), organizados da seguinte maneira: a) inspetores de ensino; b) professores de pedagogia e legislação do ensino da Escola Normal; c) o delegado do governador perante o conselho superior de instrução pública; d) o diretor geral da Repartição Sanitária do estado; e) o diretor geral das Obras e Trabalhos Públicos; f) o diretor da Biblioteca Pública; g) o diretor do Museu.

Dessa maneira as autoridades responsáveis pela criação do congresso consideraram ter envolvido todos os profissionais relacionados ao sistema de ensino no sentido de

trazerem ao congresso informações necessárias sobre a situação do ensino na capital e no interior, para que se pudesse compreender o processo de instrução pública no estado, bem como sobre o desenvolvimento das aptidões de cada professor ou professora para a ocupação de determinados cargos e a compreensão que cada um dos mesmos deveria ter sobre tal assunto.

DAS NORMATIVAS DO CONGRESSO PEDAGÓGICO

A partir de uma solicitação documental proposta pelo Diretor Geral da Instrução Pública, o regimento interno do congresso pedagógico foi aprovado pelo Governador do Estado, em um ofício que mostrava as vantagens que a Instrução Pública do Estado teria com a instituição do referido congresso pedagógico, principalmente em relação ao desenvolvimento do ensino público, que deveria reger-se pelo regimento organizado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, em 11 capítulos e as disposições transitórias, compostos por um total de 85 artigos (Revista A Escola, Ano I, n. 5, agosto, 1900. p. 573-588).

O Capítulo I tratava do *congresso e seus fins*, discorrendo sobre a instituição e institucionalização estadual do Congresso Pedagógico cujo funcionamento em sessões ordinárias ao longo do ano e em uma período intensivo no período de férias escolares, com duração de 20 dias consecutivos, podendo ser prorrogado por mais 10, se houvesse necessidade ou encerrado antes desse prazo, por decisão do Presidente, com aprovação do mesmo Congresso. Com esse mesmo espírito também poderia, em caso de urgência e de acentuada importância, ser convocado extraordinariamente, em qualquer época, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, ou por ordem do Governador do estado.

Dentre as principais finalidades do Congresso previa-se discutir teses sobre o ensino público em todas as suas ramificações e sobre medidas importantes acerca do progresso da Instrução Pública; sobre pontos duvidosos ou omissos nas leis que regem o ensino público e, de um modo geral, sobre os direitos do professorado e medidas proveitosas para o seu bem estar e proficuidade de sua elevada missão e sobre o acesso de todo o professorado a uma biblioteca pedagógica para maior desenvolvimento dos seus fins.

O capítulo II enfatizava que *a organização do congresso* deveria ter 65 membros organizados em categorias e subcategorias, conforme mencionado anteriormente. Além disso, contava-se com a participação de membros dos 17 círculos eleitorais: 16 das circunscrições escolares existentes no interior e 1 da capital, 31 representantes do magistério primário público, 3 do magistério primário particular, nove representantes das escolas: Lyceu Paraense, Escola Normal, Instituto Lauro Sodré, Lyceu Benjamim Constant, Instituto Gentil Bitencourt, Instituto Carlos Gomes, Escola de Belas Artes, Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, Escola Prática de Comércio. A esse respeito o regimento deixava claro que seriam eleitores todos os professores primários de ambos os sexos no estado se algum círculo não

contasse com um professor com os requisitos precisos para eleição nos termos do regimento, elegeria seu representante dentre o professorado primário da capital.

O capítulo III estabelecia as *Diretrizes do processo eleitoral*, por meio de eleição em voto secreto, nos círculos com sede no interior do estado, para indicar o representante específico de cada escola, cabendo ao Presidente do Conselho Escolar de cada município a apuração e homologação do resultado. Também era dado o direito de recursos e protestos por parte dos interessados, caso houvesse dúvidas em relação à eleição realizada. Nos círculos da capital os eleitores deveriam remeter as cédulas ao Diretor da Escola Normal que, auxiliado pelo seu secretário e pelo secretário geral da Instrução Pública apurariam a eleição, seguindo os tramites do regimento. Quanto à eleição dos representantes do professorado particular a junta apuradora caberia ao diretor e ao secretário do Liceu, e a um professor do mesmo estabelecimento designado pelo diretor aquele, contando-se com a presença de fiscais junto às comissões apuradoras, para garantir a lisura do processo.

O capítulo IV tratava das *Sessões Preparatórias*, com destaque para a organização dos atos preparatórios das sessões anuais o congresso, que deveria reunir-se três dias antes do período previsto para o seu funcionamento, com a presença de qualquer número de congressistas, para verificar toda a infraestrutura planejada para a materialização do congresso, como certificados, listagem das teses a serem discutidas, membros participantes, etc. Para tanto deveria ser nomeada uma comissão especial de três membros dentre os representantes natos e os diplomados sem contestação, a fim de dar parecer e verificar o andamento desses trabalhos.

De acordo com o regimento, nessa reunião deveriam, ainda, ser formadas outras comissões com três membros para cada setor de funcionamento do congresso: 1ª. Ensino Primário, 2ª. Ensino secundário, 3ª. Ensino profissional, 4ª. Ensino técnico, 5ª. Ensino cívico e moral, 6ª. Ensino artístico industrial, 7ª. Ensino agrícola, 8ª. Ensino comercial, 9ª. Pedagogia e legislação do ensino, 10ª. Higiene escolar, 11ª. Construção e material escolar, 12ª. Leitura e escrita, 13ª. Língua Portuguesa, 14ª. Lições de coisas, 15ª. Geografia e história, 16ª. Matemáticas, 17ª. Astronomia e Ciências Físicas, 18ª. Ciências naturais, 19ª. Eleições e diplomas, 20ª. Redação.

O capítulo V tratava da *abertura e do encerramento das sessões* do congresso pedagógico, enfatizando que as mesmas seriam solenes e presididas pelo governador do estado, como presidente honorário do congresso e uma comissão de representantes para acompanhar o secretário do estado. Além disso nas sessões só poderiam ser feitos discursos sobre o ensino público em geral, seu progresso e desenvolvimento.

O capítulo VI, que se referia à direção dos Trabalhos e enfatizava que o congresso teria um presidente efetivo – o Diretor Geral da Instrução Pública – que não tomaria parte nas discussões nem votaria, entretanto, prestaria aos membros do congresso, pessoalmente ou

por intermédio da secretaria respectiva, todas as informações que lhe fossem solicitadas sobre os serviços do ensino público. Além disso, o congresso deveria ter um vice presidente e dois secretários eleitos com a maioria de votos, indistintamente, e essa eleição seria feita sobre cinco nomes, sendo o mais votado o vice presidente, os imediatos, 1º e 2º secretários, e os menos votados, suplentes dos secretários. Todos deveriam exercer as suas devidas funções e substituídos, quando necessário pelo membro de cargo imediatamente inferior ao seu.

O capítulo VII, tratava do *exercício do mandato*, ao esclarecer que não deveria haver distinção de espécie alguma entre os diversos representantes, que exercerão o seu mandato com plena liberdade, mantido apenas rigorosamente o respeito devido de pessoa a pessoa, a delicadeza na discussão, a cordialidade no trato e que em hipótese alguma poderia ser objeto de discussão ou de censuras, os atos administrativos do governo do estado ou na direção superior do ensino. Neste sentido, os representantes deveriam falar de pé, lendo ou pronunciando seus discursos, dirigindo-se sempre ao presidente do congresso. Não era permitida a abertura de diálogos, apenas permitido dirigir ao orador ligeiros apartes.

Previa-se obrigatoriedade no comparecimento às sessões do congresso, sob pena de perda de vencimentos integrais pelo representante que se ausentasse das sessões, salvo caso de força maior comunicada ao congresso e por este reconhecida. Os membros do congresso receberiam seus vencimentos pelos dias que estivessem afastados de seus cargos por força do mandato. Além disso, enquanto durasse o efeito do mandato, os professores eleitos não sofreriam censuras públicas pelas faltas cometidas no exercício dos cargos respectivos, salvo nas faltas graves passíveis de penas que por sua natureza, de acordo com o Regulamento Geral, não pudessem ficar em reserva, ouvido sempre o Conselho Superior de Instrução Pública antes da aplicação, em sessão secreta, quando fosse o caso de penas de sua competência.

No capítulo VIII enfatizava a *ordem dos trabalhos* diários do congresso deveria ser a seguinte: chamada, leitura e discussão da ata da sessão anterior, leitura do expediente e respectiva distribuição, apresentação de teses ou de qualquer assunto dentro da competência do congresso, reclamações, moções que não se prendam direta ou indiretamente a assunto político, etc., ordem do dia. A ordem do dia compreenderá os pareceres articulados das diversas comissões entre os sorteados no penúltimo dia de sessão anual. O congresso só funcionará com a presença da maioria de seus membros e os assuntos apresentados à discussão serão pelo presidente distribuídos às respectivas comissões, tendo estas o prazo de dois dias para apresentá-los de novo à mesa. Os pareceres diretamente formulados pelas comissões deverão ser sempre precedidos de uma ligeira exposição com subsequente apoio do congresso. A requerimento do autor poderá o parecer ser submetido à discussão na sessão anual em que for apresentado, consentindo o congresso.

Nos três últimos capítulos há alguns destaques referentes às reformas total ou parcial do regimento, de três em três anos, conforme autorização do governador do estado, após ouvir o conselho superior, mas sempre obedecendo aos mesmos trâmites das demais resoluções, presentes, em qualquer hipótese. Finalizando o documento identificamos as disposições gerais, com destaque para as atividades do auxiliar os serviços da secretaria do congresso, evidenciando que durante o funcionamento deste, deveria ser designado um funcionário de instituição pública para fazer cópias e registros de documento, bem como cuidar das correspondências, dentre outras providências necessárias ao funcionamento adequado do congresso. Igualmente, todo o movimento do congresso deveria ser publicado no “Diário Oficial” e na caderneta de janeiro da revista *A Escola: Revista oficial de ensino*, formando uma seção especial do referido periódico.

Na parte referente às *Disposições Transitórias*, previa-se que o Congresso Pedagógico seria instalado no dia 16 de novembro de 1900, em homenagem à data da adesão do Pará ao regime republicano, no salão que fosse designado pelo governador do estado, prosseguindo em sessão ordinária. Podendo ser curto o prazo eleitoral para a primeira eleição no interior do Estado, poderá, excepcionalmente, ser prolongado até o dia 15 de setembro, fazendo-se nesta data a apuração parcial em cada município. Para o regular funcionamento da primeira sessão anual do congresso, o diretor geral da Instrução Pública nomearia duas comissões destinadas a organizar diversas teses sobre os diferentes graus de ensino. Não fariam parte dessas comissões o diretor geral nem membro algum do conselho superior da Instrução Pública.

TEMÁTICAS CENTRAIS DE ENSINO NAS DISCUSSÕES PREVISTAS PARA O CONGRESSO

Outro destaque identificado nas discussões que se seguiram refere-se às funções de cada um dos membros do congresso, fossem eles natos ou eletivos. Tratava-se do fato de que os cargos deveriam ser desempenhados por uma competência, fossem quais fossem as funções exercidas por cada congressista, pois o que teria maior relevância era a qualidade da Instrução Pública do estado.

A respeito das temáticas centrais de ensino nas discussões previstas para o congresso, foram nomeados um grupo de experts para uma comissão de organização das teses a serem apresentadas e debatidas durante as discussões que ocorreriam durante as reuniões do congresso pedagógico. Conforme foi mencionado nas revistas pedagógicas da época, foram organizadas 36 teses (temáticas) para apresentação e discussão no congresso de 1900, por uma comissão de experts formada por Henrique Santa Rosa, Ignacio Moura, Francisco Miranda, Antonio Marques de Carvalho, João Marques de Carvalho, Luiz Libutti e Francisco de Vilhena Alves e José de Castro Figueiredo.

A esse respeito propuseram que fossem abordados aspectos importantes para a educação na região, com fins, objetos, princípios fundamentais, métodos, meios e processo de ensino, meios de assegurar a sua competência e eficácia, ação do estado e ação dos municípios quanto liberdade ou obrigatoriedade do ensino público primário, envolvendo temáticas como os Institutos de artes e ofícios e os Institutos agrônômicos e sobre as vantagens ou desvantagens da criação de institutos de ensino secundário no interior do estado. Na mesma esteira foram enfatizados temas relacionados aos limites entre o ensino primário e o secundário e as vantagens de ensinar no primário disciplinas do secundário e vice-versa.

A formação do professorado pela Escola Normal, destinados à regência de escolas elementares e a de escolas complementares foi um dos temas mais enfatizados, e nesse mesmo enfoque foi proposto uma discussão sobre as vantagens ou desvantagens da co-educação dos sexos na Escola Normal, considerando a desmotivação dos jovens do sexo masculino para a Escola Normal, naquele período.

Um tema bem destacado foi a discussão sobre as vantagens das escolas práticas de comércio, em geral, e especialmente da Escola de Comércio do Pará⁷, a partir da segunda metade do século XIX, quando a muitas atividades econômicas foram retomadas por volta das duas últimas décadas do século XIX, após os impactos da Cabanagem, que, afetou toda a economia do Pará. Naquele período emergia uma demanda expressiva de vagas de trabalho no comércio de Belém, que estava em expansão, necessitando portanto de mão de obra qualificada.

Igualmente, aparece em destaque a argumentação favorável à exequibilidade da aplicação de novos métodos de ensino adaptados do que estava sendo tratado na Europa naquele período, conforme pode ser comprovado nas enciclopédias, livros e manuais escolares que fazem parte do acervo da escola Normal, daquele período e que foi possível examinarmos e analisarmos sob um enfoque da circulação de ideias matemáticas na Escola Normal do Pará, conforme apresentado por Mendes e Ferreira (2023) em uma catalogação e caracterização dos manuais escolares de matemática constantes no arquivo da referida escola, que circularam no período de 1880 a 1910, intencionando indicar as ideias matemáticas que circularam nas atividades formativas de professores normalistas na referida escola, naquele período.

Além dos temas mencionados anteriormente foram também sugeridos temas como: A instrução cívica nas escolas primárias; Medidas administrativas em relação ao desenvolvimento do ensino particular; Construções escolares e Número de alunos para as escolas, bem como as horas de trabalho. Higiene escolar. Ventilação, orientação e luz; Higiene das

⁷ A criação da Escola Prática do Comércio e do Museu Comercial do Pará é datada de 19 de maio de 1899, e foi instalado onde hoje funciona o Teatro Waldemar Henrique, em Belém. A escola funcionava no prédio ao lado, atualmente vinculado ao Instituto de Ciência da Arte da Universidade Federal do Pará (ICA/UFGA), onde anteriormente funcionava o laboratório de Química, administrado pela escola de química, que originou a Faculdade de Química da UFGA. Maiores detalhes Consultar o livro “ACP – 200 anos ajudando a escrever a história do Pará”, organizado por Nélio Palheta. Belém: Marques Editora, 2020.

crianças em relação às profissões. Institutos e internatos. Medidas profiláticas de admissão, idade escolar; a educação física. a educação do indígena e os institutos de cegos e “surdos-mudos”; Cursos noturnos de educação cívica, artística e profissional, para adultos. Cursos de educação cívica e profissional elementar nos estabelecimentos industriais e agrícolas, quartéis e prisões.

APONTAMENTOS FINAIS

Um dos pontos centrais mencionados a respeito do que foi tratado no artigo refere-se aos experts envolvidos no planejamento, na elaboração do regimento e na organização do congresso como evento e como espaço de estruturação e normas e técnicas para a formação e ação docente. Isto porque considerou-se que era em um ambiente como o do congresso que deveria se discutir aspectos relativos à pedagogia e à legislação na formação e professores em instituições como a Escola Normal, por considerá-la como a base do ensino primário no Estado do Pará, uma vez que um professor deveria ter domínio especial de temáticas relacionadas a pedagogia e didática associadas aos temas específicos de língua portuguesa, matemática, ciências e outras matérias abordadas no curso normal e na preparação para o ensino primário.

Isto porque no exercício do magistério esses saberes seriam necessário para o professor poder enfrentar e revolver os mais complicados problemas pedagógicos que diariamente pudessem surgir durante as ações de ensino. Nessa temática incluía-se as formas de abordagens das cadeiras de ensino como a matemática, considerando a importância da preparação de normalistas para atuação no ensino primário.

No que concerne aos temas que seriam tratados nos debates, destacamos a organização do magistério no ensino primário, os meios de assegurar a competência do professor em formação e os meios de animação, a organização dos Grupos Escolares e suas vantagens em relação às Escolas Isoladas. Nessa mesma esteira de discussões foi proposto também debates sobre a Educação Doméstica e o ensino público em suas relações recíprocas, a coeducação dos sexos nas escolas e institutos de ensino primário.

Destacamos como um dos temas de ensino levado ao debate, o Ensino do desenho e trabalhos manuais nas escolas e nos institutos de educação primária, e que portanto seria muito relevante e decisivo inserir nos cursos de formação de normalistas, para que houvesse preparação adequada para sua inclusão no ensino primário. Desse tema desencadeou-se a proposta de organização de bibliotecas e museus escolares e pedagógicos, implicando, assim nos livros escolares e nas condições que tais manuais de ensino deveriam obedecer para serem tomados como base orientadora dos trabalhos dos professores das escolas.

Outro destaque refere-se ao ensino de matérias relacionadas às técnicas de comércio, pois conforme já mencionado anteriormente, se mostrou de extrema relevância naquele momento. Nessa perspectiva, a Escola Normal passou também a incorporar a ideia em seus programas de ensino ao inserir nas cadeiras de matemática, alguns temas relacionados à matemática comercial como os estudos sobre juros simples e compostos, regras de três simples e compostas, regras de sociedade, cálculos de porcentagens, cambio e outros temas correlatos que conjuntamente à formação para o magistério possibilitariam a apropriação e saberes úteis na ocupação e funções profissionais no comércio do estado naquele período.

Em nossa interpretação refletimos que o congresso pedagógico projetado para realização no Pará em 1900, se constituiu em um acontecimento que ao mesmo tempo tinha as características dos eventos didático-científicos que ocorrem atualmente no campo da educação e do ensino, mas que também tinha outra característica: se mostrava como um espaço de criação, debate e decisão normativa sobre as políticas educacionais, principalmente acerca da formação de professores para o ensino primário e suas ações escolares. Talvez estivessem se antecipando aos modelos de gestões que posteriormente originaram instituições como as secretarias de educação e cultura e os atuais conselhos de educação conforme consta em seu projeto de funcionamento e ao seu regimento, ambos objetos de reflexão deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, C. L. M. (2015). *Avaliação, Expertise e processos de decisão política: O Programa 'Avaliação Externa das Escolas' em Portugal (2006-2011)*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. (2017). Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Livraria da Física. p. 113-172. (Coleção Contextos da Ciência).

MENDES, Iran Abreu. Francisco Ferreira Vilhena Alves and the Arithmetic Knowledge in the Journal *The School: Official Journal of Teaching (1900-1905)*. **Acta Scientiae**, Canoas, Vol. 21, N. Special, p.43-61, May/Jun. 2019.

MENDES, Iran Abreu. Atividades matemáticas de Francisco Ferreira de Vilhena Alves na revista pedagógica a escola (Belém/Brasil) entre 1900 e 1905. **Historia de la Educación: Revista Interuniversitaria**, n. 39, 2020, p. 67-90. ISSN-e 2386-3846, ISSN 0212-0267.

MENDES, Iran Abreu. Aldebaro Klautau e o Programa de Matemáticas da Escola Normal de Belém (Pará) de 1932. **Cadernos CEDES** 41 (115) • Sep-Dec 2021 • <https://doi.org/10.1590/CC245640>.

MENDES, Iran Abreu; FERREIRA, Marcos Fabrício Pereira. Circulação de ideias matemáticas

no arquivo da Escola Normal de Belém entre 1880 e 1910. **Revista Paradigma** 44 (2); Julho de 2023. p. 550-575. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p550-575.id1461>.

PALHETA Nélio (Org.). **ACP – 200 anos ajudando a escrever a história do Pará**. Belém: Marques Editora, 2020.

TRÉPOS, J.-Y. (1996). **La sociologie de l'expertise**. Paris: PUF, coll. "Que sais-je?".

| FONTES DOCUMENTAIS CONSULTADAS

A Escola: Revista Oficial de Ensino, 1900. Ano I n.4 junho de 1900. p. 434.

A Escola: Revista Oficial de Ensino., 1900. Ano I, n.5, agosto, 1900. p. 492.

FOLHA DO NORTE. Congresso Pedagógico. **Folha do Norte**, Belém, 18 jul. 1896a.

FOLHA DO NORTE. Congresso Pedagógico. **Folha do Norte**, Belém, 23 jul. 1896b.

FOLHA DO NORTE. Congresso Pedagógico. **Folha do Norte**, Belém, 25 jul. 1896c.

FOLHA DO NORTE. Congresso Pedagógico. **Folha do Norte**, Belém, 27 jul. 1896d.

FOLHA DO NORTE. Congresso Pedagógico. **Folha do Norte**, Belém, 30 jul. 1896e.

O PARÁ. Congresso Pedagógico. **O Pará**, Belém, 22 jul. 1898.

PARÁ (Estado). **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré**, Governador do Estado, no dia 1º de fevereiro de 1897. Belém: Typ. Do Diario Oficial, 1897.

PARÁ (Estado). **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho**, Governador do Estado, em 15 de abril de 1898. Belém: Typ. Do Diario Oficial, 1898.

PARÁ. (1900). **Decreto 874, de 11 de julho de 1900**. Institue n'esta capital um "Congresso Pedagógico" e aprova seu Regimento. Diario Oficial do Estado do Pará, 18 de julho de 1900.

Revista A Escola. Ano I, n. 5, agosto, 1900. p. 573-588. Regimento do Congresso Pedagógico do Estado Do Pará.

Revista de Educação e Ensino. 1895. v.5, n.7, julho, p; 61. Belém, 1895

Revista de Educação e Ensino, 1895, v.5, n.9, setembro, p.83. Belém, 1895.

Revista de Ensino, 1900. Ano I, n. 3, maio, Belém, 1900.

Revista A Escola. Anno I. 3 de maio de 1900. N. I, Imprensa Official, 1900.

Revista A Escola. Anno I. Janeiro e fevereiro de 1901. Ns. X e XI. Imprensa Official, 1901.

Revista A Escola. Anno II. 30 de maio de 1901. N. XIV, Imprensa Official, 1901.

Revista A Escola. Anno II. 31 de julho de 1901. N. XVI, Imprensa Oficial, 1901.

COMO CITAR – APA

MENDES, I. A. (2024). Uma revisão do projeto do Congresso Pedagógico do Pará de 1900: anseios, normativas e temáticas. *PARADIGMA*, *XLV*(1), e2024015. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024015.id1528>.

COMO CITAR – ABNT

MENDES, Iran Abreu. Uma revisão do projeto do Congresso Pedagógico do Pará de 1900: anseios, normativas e temáticas. **PARADIGMA**, Maracay, v. XLV, n. 1, e2024015, Ene./Jun., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024015.id1528>.


HISTÓRICO

Submetido: 00 de mes de 2024.

Aprovado: 00 de mes de 2024.

Publicado: 00 de mes de 2024.

EDITORES

Fredy E. González 

Luis Andrés Castillo 

ARBITROS

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres